



## ***LEI ORDINÁRIA Nº 1398***

*de 11 de abril de 2024*

***“Dispõe sobre o Sistema de Posse Responsável de Cães e Gatos, regras de registro, de passeio, infrações e penalidades e dá outras providências”.***

*O Prefeito Municipal de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:*

*Art. 1º. Fica criado o Sistema de Guarda Responsável no Município de Chapadão do Sul. Art.*

*2º. Os cães e gatos devem ser registrados no Centro de Controle de Zoonoses do município ou na Secretaria SEDEMA ou por médicos veterinários devidamente credenciados por esse mesmo órgão.*

*§ 1º. Para efetuar o registro de cães e gatos, o proprietário deverá levar o seu animal à Centro de Controle de Zoonoses ou a Secretaria SEDEMA ou a estabelecimento veterinário credenciado e/ou médico veterinário credenciado, munido de seus documentos pessoais e de comprovante de vacinação do animal, se houver.*

*§ 2º. O Poder Público disponibilizará programa próprio para cadastro e acesso dos registros dos animais, observando, para tanto, diversos níveis de acessos para consultas e/ou atualizações das informações contidas, que serão definidos pelo órgão competente.*

*§ 3º. Fica estabelecida a obrigatoriedade, no âmbito do Município de Chapadão do Sul - MS, do tutor realizar o registro de seus cães e/ou gatos por meio da Centro de Controle de Zoonoses, ou da Secretaria SEDEMA ou em estabelecimento veterinário credenciado ou médico veterinário credenciado.*

*§ 4º. O registro de animais, bem como o fornecimento da carteira de registro animal serão disponibilizados pelo Poder Público Municipal, desde que sejam feitos pelo Órgão Municipal de Vigilância Sanitária ou Secretaria SEDEMA, recolhendo a devida taxa do RGA (Registro Geral Animal).*

*I - O tutor de animal que comprovar renda familiar menor ou igual a três salários mínimos e os que comprovarem adoção do animal em entidade de proteção animal ou do próprio canil municipal poderão aderir à microchip agem gratuitamente na Centro de Controle de Zoonoses ou Secretaria SEDEMA.*

*II - Também terão direito à microchip agem as ONG's e Protetores Independentes que têm como objetivo a proteção animal, desde que estiverem devidamente cadastrados seus animais registrados há mais de*

90 (noventa) dias em seus cadastros, exceto filhotes com até 90 dias.

§ 5º. Os estabelecimentos veterinários credenciados e/ou médicos veterinários credenciados só poderão utilizar microchips que estejam em conformidade com as Normas ISO ABNT-NBR aceitas nacional e internacionalmente.

§ 6º. Será de responsabilidade do estabelecimento veterinário credenciado e/ou do médico veterinário credenciado a aquisição do microchip e também do leitor de microchips, não sendo estes de responsabilidade de fornecimento do Poder Público Municipal.

§ 7º. Serão realizadas, periodicamente, pelo Poder Público Municipal, visitas e campanhas informativas nos bairros e Centro, com o fim de conscientizar a população da necessidade e importância de registrar seus animais.

Art. 3º. Os cães de médio e grande porte só poderão ser conduzidos por maiores de dezoito anos e com força suficiente para controlar os movimentos do animal nas vias de circulação interna de condomínios, respeitadas as normas internas destes, e nos logradouros públicos, desde que o cão esteja usando guia com enforcador e focinheira.

Parágrafo único. Em caso de animais de médio e grande porte, cada cidadão poderá conduzir apenas um animal por vez, com exceção dos profissionais que exercem a atividade de passeadores de cães (Dog Walker).

Art. 4º. É obrigatório o uso de guias e coleiras com pingentes com os contatos dos Proprietários em cães de pequeno porte em logradouros públicos.

Art. 5º. Todos os cães e gatos deverão ser vacinados contra a raiva no Centro de Controle de Zoonoses do município ou estabelecimentos veterinários e/ou por médicos veterinários devidamente registrados no Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Mato Grosso do Sul - CRMV/MS.

Art. 6º. Ficam proibidas competições de natureza violenta entre cães, promovidas por canis e/ou isoladamente pelos proprietários dos animais,

*no âmbito municipal.*

*Art. 7º. Os proprietários e/ou condutores de cães e gatos, são responsáveis pelos danos que sejam causados em vias e logradouros públicos pelo animal sob sua guarda e ficam sujeitos às sanções estabelecidas na Legislação Civil, Penal e Administrativa.*

*Art. 8º. O condutor do animal fica obrigado a recolher os dejetos fecais eliminados pelo cão ou gato em vias e logradouros públicos.*

*Art. 9º. Além das já descritas, também caracterizam infrações se o proprietário do animal:*

*I - Submetê-lo a maus tratos;*

*II - Causar danos e agravos a terceiros;*

*III - Praticar crueldade, ferindo e mutilando cães e gatos;*

*IV - Criá-lo em condições inadequadas de alojamento;*

*V - Abandoná-lo no Centro de Controle de Zoonoses, estando o mesmo saudável, exceto os animais mordedores viciosos;*

*VI - Deixá-lo solto em vias e logradouros.*

*Parágrafo único. São considerados maus tratos:*

*I - Submetê-los a qualquer prática que cause ferimentos ou morte;*

*II - Mantê-los sem abrigo, em lugares impróprios ou que lhes impeçam movimentação e/ou descanso, ou ainda onde fique privado de ar ou luz solar, bem como alimentação adequada e água;*

*III - Castigá-los, ainda que para aprendizagem e/ou adestramento;*

*IV - Transportá-los em veículos ou gaiolas inadequadas ao seu bem-estar;*

*V - Utilizá-los em lutas entre animais da mesma espécie ou de espécies diferentes;*

*VI - Abatê-los para consumo;*

*VII - Sacrificá-los com métodos não humanitários;*

*VIII - Soltá-los ou abandoná-los em vias ou logradouros públicos;*

*IX - Fazer aplicações de anabolizantes nos mesmos;*

*X - Deixar de buscar, o tutor ou responsável, assistência médica-veterinária quando necessária, agravando o estado clínico do animal.*

*Art. 10. As graduações das infrações estarão estabelecidas em quatro*

*categorias, a critério da autoridade sanitária:*

*I - Leve;*

*II - Moderada;*

*III - Grave;*

*IV - Gravíssima.*

*Art. 11. O não cumprimento do disposto nesta Lei acarretará ao infrator, proprietário e/ou condutor, as seguintes sanções, independente de outras sanções legais existentes e pertinentes:*

*I - Multa de R\$ 335,55 (trezentos e trinta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos), para infrações leves;*

*II - Multa de R\$ 671,10 (seiscentos e setenta e um reais e dez centavos) a R\$ 1.342,20 (mil, trezentos e quarenta e dois reais e vinte centavos), para infrações moderadas;*

*III - Multa de R\$ 1.342,20 (mil, trezentos e quarenta e dois reais e vinte centavos) a R\$ 2.013,30 (dois mil e treze reais e trinta centavos), para infrações graves;*

*IV - Multa de R\$ 2.013,30 (dois mil e treze reais e trinta centavos) a R\$ 3.355,50 (três mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos), para infrações gravíssimas;*

*V - Resgate do animal pela Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes Ambientais e de Atendimento ao Turista, ou pela Secretaria SEDEMA do Departamento Canil Municipal ou pelo Centro de Controle de Zoonoses, podendo o animal ser encaminhado para lar temporário ou adotivo, independente de multa.*

*VI - A aplicação do disposto no inciso I, II, III, IV, deste artigo, independe da aplicação do disposto no inciso V.*

*§ 1º. Ocorrendo reincidência em qualquer uma das infrações acima descritas, as multas poderão ser cobradas em dobro.*

*§ 2º. Os valores das multas dos incisos I, II, III e IV serão atualizados anualmente pelo IPCA-E (Índice de Preço ao Consumidor Amplo Especial).*

*§ 3º. Os recursos arrecadados provenientes das infrações cometidas serão*

*destinados para um fundo criado pelo o poder executivo e esses recursos serão usados em benefício da causa animal, realização de trabalhos de educação em saúde para a conscientização da população sobre a manutenção adequada de alojamentos, alimentação, saúde, higiene e bem-estar do animal, bem como na aquisição de materiais e equipamentos para programas que envolvam a posse responsável de animais.*

*§ 4º. As autuações decorrentes do descumprimento desta Lei Complementar serão aplicadas pela:*

*I - Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes Ambientais e de Atendimento ao Turista, Secretaria SEDEMA e o Batalhão de Polícia Militar Ambiental (BPMA-MS), através da equipe de fiscalização, quando decorrentes de crime de maus-tratos;*

*II - Centro de Controle de Zoonoses, através da Autoridade Sanitária competente, em primeira Instância Administrativa e pela Junta de Recursos Fiscais do Município de em segunda Instância Administrativa, quando decorrentes de infrações Zoosanitária.*

*§ 5º. Para os casos de mais de uma infração dos dispositivos desta Lei, as multas serão aplicadas cumulativamente;*

*§ 6º. Fica autorizada a devolução do animal ao tutor somente se efetivar o pagamento das taxas respectivas de recolhimento e se não estiver configurada ocorrência de maus-tratos, conforme indicado na Lei Municipal nº 1207, de 13 de março de 2019.*

*Art. 12. Todo tutor ou responsável pela guarda do animal é obrigado a permitir o acesso da Autoridade Sanitária, quando no exercício de suas funções, às dependências do alojamento do animal, sempre que necessário, bem como acatar as determinações emanadas nesta Lei.*

*Art. 13. Os animais devem ser mantidos em recintos limpos, de acordo com as normas de higiene, totalmente cercados, em condições adequadas de alojamento, alimentação, saúde e bemestar, devendo haver proteção contra intempéries naturais, em área de livre acesso com 6m<sup>2</sup>/animal (seis metros quadrados por animal).*

*Parágrafo único. Toda residência particular que possuir a criação, o alojamento e a manutenção de mais de 10 (dez) cães e gatos, no total, com idade superior a 90 (noventa) dias, caracterizarse-á como sendo um criadouro, mesmo sem fins comerciais, e estará obrigado a:*

*I - Registrar-se no Centro de Controle de Zoonoses ou Secretaria do Sedema e solicitar a respectiva licença, que deverá ser renovada anualmente;*

*II - Ter um Médico Veterinário responsável, devidamente registrado junto ao Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Mato Grosso do Sul - CRMV/MS.*

*Art. 14. O Poder Executivo Municipal, por intermédio de seus órgãos competentes, fica autorizado a estabelecer convênios e parcerias com instituições de ensino superior que tenham curso de Medicina Veterinária e/ou curso de Zootecnia e Associações afins, bem como utilizar órgãos municipais adequados e o próprio Centro de Controle de Zoonoses, para o fiel cumprimento do disposto nesta Lei Complementar.*

*§ 1º. Qualquer cidadão na circunscrição do município poderá requisitar força policial, mediante a constatação da inobservância dos dispositivos desta Lei Complementar.*

*§ 2º. Fica obrigada a fixação de placa contendo as principais normas da legislação em vigor em todos os locais públicos e privados de passeio de cães e gatos, as quais citam-se:*

*I - Cães de médio e grande porte só poderão ser conduzidos por maiores de 18 (dezoito) anos, desde que o cão esteja usando guia com enforcador;*

*II - Cada cidadão poderá conduzir apenas um animal por vez;*

*III - Todos os cães e gatos deverão estar vacinados contra raiva;*

*IV - Os tutores e/ou condutores de cães e gatos são responsáveis pelos danos que sejam causados em vias e logradouros públicos e privados pelo animal sob sua guarda e ficam sujeitos à multa e às sanções da Legislação Civil, Penal e Administrativa.*

*IV - Os proprietários e/ou condutores de cães e gatos são responsáveis*

*pelos danos que sejam causados em vias e logradouros, públicos e privados, pelo animal sob sua guarda e ficam sujeitos à multa e às sanções da Legislação Civil, Penal e Administrativa;*

*V - O condutor do animal fica obrigado a recolher os dejetos fecais do animal;*

*VI - Todo cidadão poderá requisitar força policial, mediante constatação da inobservância da legislação em vigor.*

*Art. 15. Esta entra em vigor na data da sua publicação.*

*Chapadão do Sul - MS, 11 de abril de 2024.*

*JOÃO CARLOS KRUG Prefeito Municipal*

---

*Lei Ordinária Nº 1398/2024 - 11 de abril de 2024*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*